

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1280464 - SP
(2018/0090023-9)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
**AGRAVANTE : COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DA REGIÃO DE
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - EM LIQUIDAÇÃO
EXTRAJUDICIAL**
**REPR. POR : ALBERTO DONISETTE ALVES DE SOUZA -
LIQUIDANTE**
**ADVOGADOS : THIAGO TABORDA SIMÕES - SP223886
GUILHERME PELOSO ARAUJO E OUTRO(S) -
SP300091**
AGRAVADO : JOÃO BACCO
**ADVOGADOS : REINALDO SIDERLEY VASSOLER - SP082555
FERNANDO RODRIGUES HORTA - SP025568**
AGRAVADO : TETRA PAK LTDA
**ADVOGADOS : VAMILSON JOSÉ COSTA - SP081425
ANTONIO DE OLIVEIRA TAVARES PAES JÚNIOR
- RJ059793
CAROLINA XAVIER DA SILVEIRA MOREIRA -
SP182761
CARLOS EDUARDO RODRIGUES BALADI
MARTINS E OUTRO(S) - SP173869**

EMENTA

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO
ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO
MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO
RECLAMO.**

INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. As conclusões adotadas pelo órgão julgador no sentido de que compete ao juiz decidir sobre a produção de provas necessárias ou indeferir aquelas que tenha como inúteis ou protelatórias, não implicando em cerceamento de defesa o indeferimento da dilação probatória, estão em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, atraindo a aplicação da Súmula 83 do STJ.

2. A alteração das conclusões do acórdão recorrido, sobre a possibilidade de julgamento antecipado da lide, a fim de se reputar necessária a produção de prova, exige o revolvimento de fatos e provas, procedimento vedado por esta Corte Superior, a teor da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator

